



Boletim trimestral: Edição Especial 8 de Março

Trimestre Quarto

Ano 2023

O presente boletim é uma edição especial do boletim trimestral realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp. Ele contém uma síntese de informações do mercado de trabalho brasileiro, por trimestre, a partir de recortes socioeconômicos e regionais de amplo interesse. Seu objetivo é facilitar o acesso aos dados oficiais do mercado de trabalho brasileiro.

A divulgação periódica acompanha a disponibilização dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua Trimestral) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua é uma pesquisa de caráter amostral e as estimações aqui apresentadas seguem os critérios de calibração e projeção populacional adotados pelo IBGE.

A divulgação deste boletim é livre e gratuita e a reprodução das estatísticas calculadas é liberada, desde que citada a fonte.

Para maiores informações, análises mais detalhadas e contato com pesquisadores da área, acesse o site do CESIT.



(Fernando Frazão/Agência Brasil)



Fundo
Brasil

CESIT
Centro de Estudos Sindicais e de
Economia do Trabalho



Prefácio à edição comemorativa

A construção da igualdade entre mulheres e homens, brancas e negras é um desafio que não pode ser mais secundarizado. É uma exigência que se impõe a todas as sociedades democráticas e demanda esforços das instituições públicas, da sociedade e da própria academia. As pesquisadoras/es têm um papel importante para tornar o sonho da igualdade uma realidade. As estatísticas contribuem para desvendar a dimensão destas desigualdades e mostrar caminhos que contribuam para a sua superação.

Ainda que a igualdade entre mulheres e homens esteja inscrita em nossa legislação, basta olhar à nossa volta para perceber que ainda há muito que fazer, tem-se um longo caminho que enfrente não somente as desiguais relações de gênero, mas também a desigualdade étnico-racial.

A ampliação do mercado e o estímulo à formalização não são suficientes para alterar as desigualdades estruturais entre gêneros e raça, permanece as assimetrias nas proporções entre pessoas na força de trabalho e fora da força de trabalho, ocupadas e desocupadas, formais e informais, trabalho produtivo e reprodutivo e, tampouco, reduziu as disparidades salariais. Os dados que seguem evidenciam essa realidade.

Estamos tratando de relações sociais e de poder entre classes, raças e sexos, enquanto a doutrina dominante descreve a sociedade como um sistema de trocas em que tudo pode ser transacionado, inclusive a força de trabalho; e a decisão de permanecer ou não no mercado de trabalho é vista como uma escolha dos indivíduos e, portanto, o mercado de trabalho se autorregula pelas forças invisíveis do mercado. Negligenciam-se nestas análises as motivações que levam as mulheres a se incorporarem nos empregos mais precários e o quanto as suas “escolhas” estão determinadas por suas condições materiais e pelos novos arranjos familiares, distantes de modelos formais e tradicionais de família profundamente inadequados.

Do total de pessoas em arranjos familiares formados por responsáveis sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, as mulheres representam 91% e, deste universo, 70% são negras. (SIS,2022). As mulheres também estão entre as com maiores jornadas no trabalho não remunerado, 25 horas semanais é o tempo dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados e cujo rendimento médio equivale a $\frac{1}{4}$ de salários mínimos, entre os homens para a mesma faixa de rendimentos, o tempo dedicado é de 12h semanais. Essas condições comprometem o acesso e a permanência das mulheres no mundo do trabalho.

Portanto, março é muito mais do que um mês de celebrações, é um momento para refletir e para reafirmar que muitas lutas ainda são necessárias e os caminhos da transformação social devem ser pavimentados com mais igualdade para as mulheres. Esperamos que as estatísticas disponibilizadas neste boletim sejam combustíveis neste propósito.

Conteúdo

1. Condição em relação à força de trabalho
 - a. Taxa de participação
 - b. População fora da força de trabalho
 - c. Razão do interrompimento da busca por trabalho
2. População ocupada
 - a. População na força de trabalho
 - b. Nível de ocupação
 - c. Taxa de ocupação
3. Desocupados
 - a. Desocupação
 - b. Desocupação entre jovens
 - c. Subutilização da força de trabalho
 - d. Tempo na busca por trabalho
4. Informalidade (metodologia CESIT)
 - a. Taxa de informalidade
 - b. Faixas de remuneração habitual
 - c. Remuneração habitual média



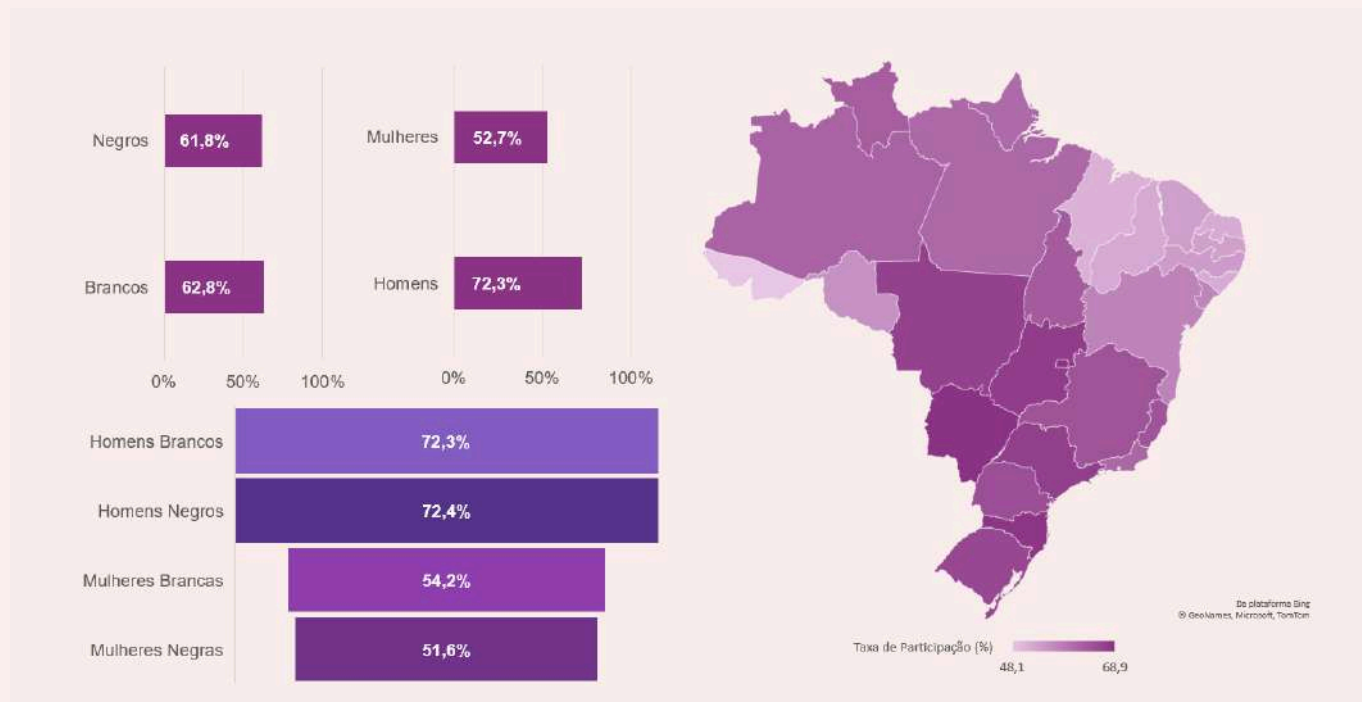
(Marcelo Camargo/Agência Brasil)

1. a. TAXA DE PARTICIPAÇÃO

62,2%

- A taxa de participação é o percentual de pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho em relação ao total de pessoas de 14 anos ou mais.
- **Cálculo:** percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade ativa: $[PEA / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de participação (%)

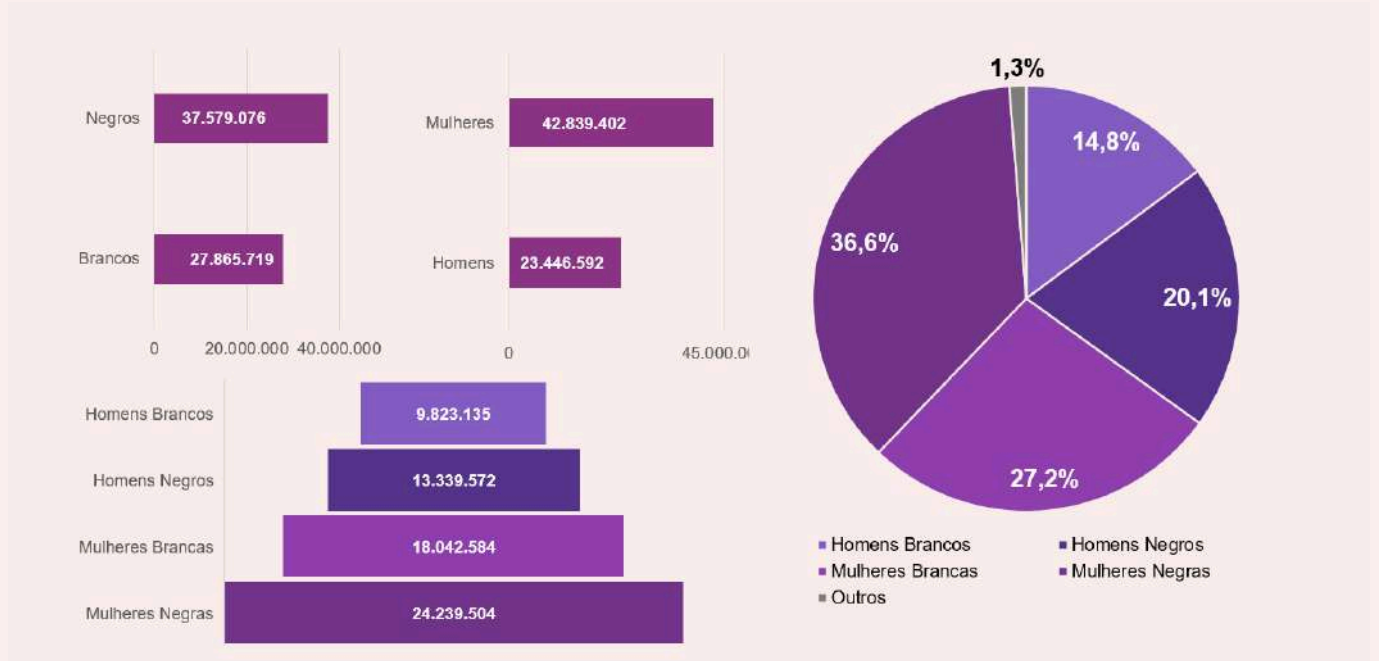
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	57,8	38,7	MA	62,3	40,8	RJ	71,7	52,7
AL	64,0	41,4	MT	80,8	57,1	RN	62,5	42,0
AP	71,9	52,4	MS	76,3	57,3	RS	74,1	58,1
AM	72,3	49,5	MG	74,2	54,6	RO	68,4	42,8
BA	68,4	47,6	PA	73,6	49,4	RR	73,5	52,0
CE	65,4	42,8	PB	64,4	43,3	SC	76,7	60,0
DF	76,1	61,7	PR	73,9	56,2	SP	76,1	58,8
ES	74,4	54,2	PE	66,4	42,8	SE	67,0	48,3
GO	77,9	57,0	PI	63,0	41,9	TO	72,8	52,9

1. b. POPULAÇÃO FORA DA FORÇA DE TRABALHO

66,3 milhões

- São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência **as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência**. Isto é, pessoas que não estavam trabalhando nem buscando trabalho.
- **Cálculo:** pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas: PNEA.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População fora da força de trabalho (%)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	42,2	61,3	MA	37,7	59,2	RJ	28,3	47,3
AL	36,0	58,6	MT	19,2	42,9	RN	37,5	58,0
AP	28,1	47,6	MS	23,7	42,7	RS	25,9	41,9
AM	27,7	50,5	MG	25,8	45,4	RO	31,6	57,2
BA	31,6	52,4	PA	26,4	50,6	RR	26,5	48,0
CE	34,6	57,2	PB	35,6	56,7	SC	23,3	40,0
DF	23,9	38,3	PR	26,1	43,8	SP	23,9	41,2
ES	25,6	45,8	PE	33,6	57,2	SE	33,0	51,7
GO	22,1	43,0	PI	37,0	58,1	TO	27,2	47,1

1. c. RAZÕES PARA O INTERROMPIMENTO DA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta qual foi o principal motivo de não se ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias.

PANORAMA NACIONAL

Principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período (%)

	Homens	Mulheres
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	3%	31%
Não havia trabalho na localidade	27%	20%
Por problema de saúde ou gravidez	21%	17%
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	16%	10%
Não conseguia trabalho adequado	12%	8%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	6%	4%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	5%	3%
Outro motivo, especifique	5%	3%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	4%	3%
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	1%	1%

Valores por raça e gênero

No período de referência, o principal motivo de não tomar providência para conseguir um trabalho foi:



23%

Dos homens brancos que não procuraram trabalho no período de referência relataram **problema de saúde**.

31%

Das mulheres brancas que não procuraram trabalho no período de referência relataram que **tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)**.

32%

Dos homens negros que não procuraram trabalho no período de referência relataram **não haver trabalho na localidade**.

31%

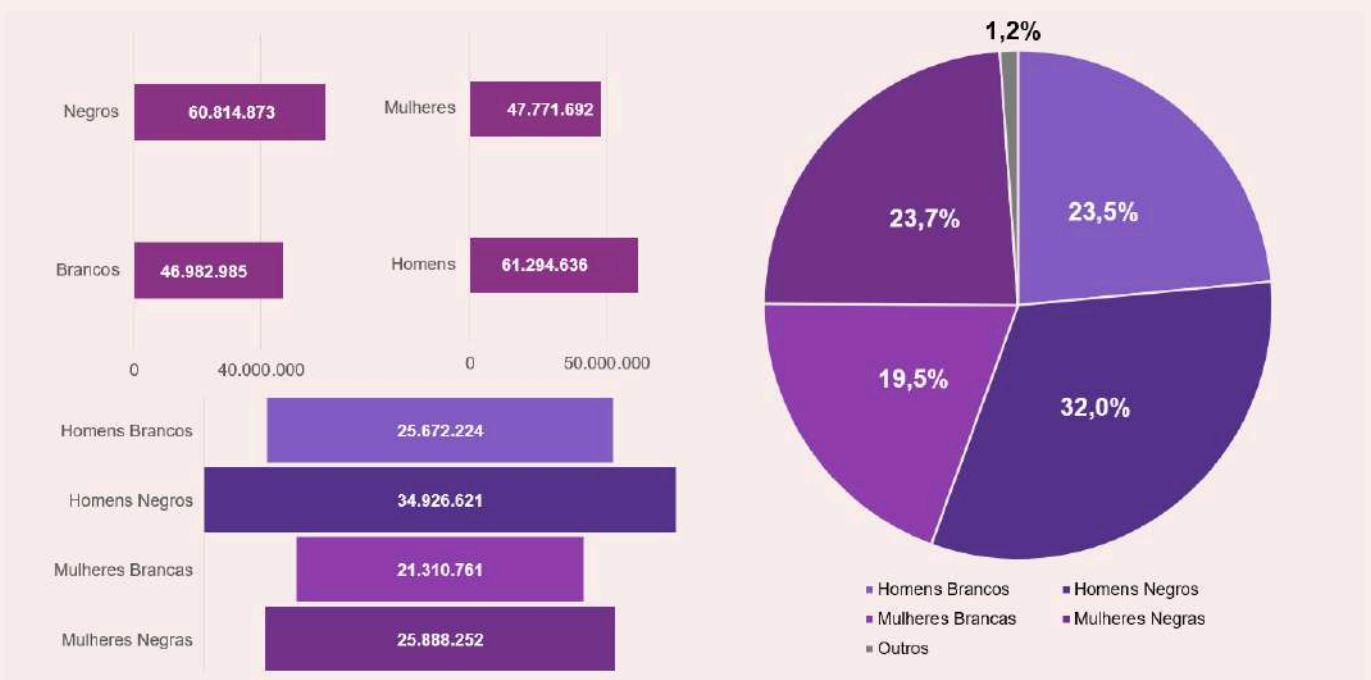
Das mulheres negras que não procuraram trabalho no período de referência relataram que **tinham que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)**.

2. a. POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

109 milhões

- A população economicamente ativa é a **soma das pessoas ocupadas e desocupadas**. Ou seja, é composta das pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado na semana de referência (ocupadas) ou que, caso não ocupadas nesse período, tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** pessoas ocupadas + pessoas desocupadas: [PO + PD]

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

População na força de trabalho

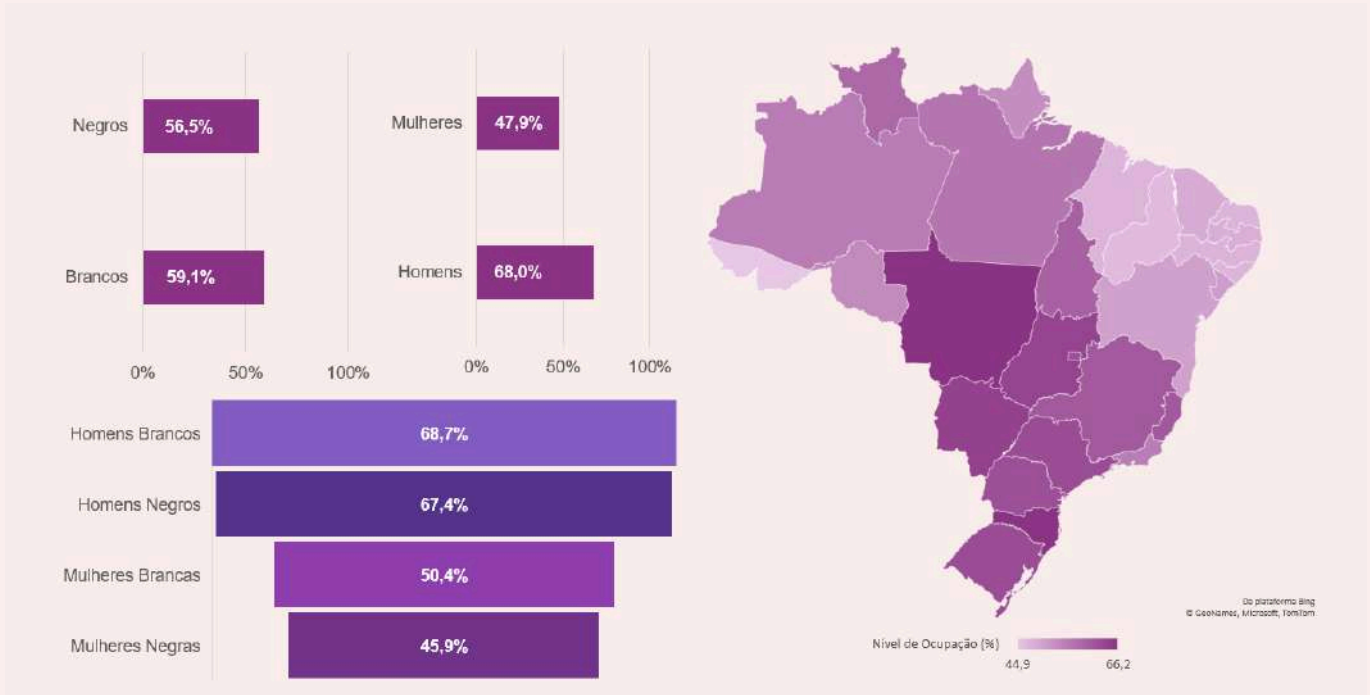
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	198.853	136.156	MA	1.672.201	1.194.071	RJ	4.912.291	4.146.120
AL	792.504	581.125	MT	1.137.395	806.104	RN	872.064	636.063
AP	246.255	190.803	MS	843.364	655.916	RS	3.422.059	2.851.179
AM	1.164.374	799.927	MG	6.491.761	4.904.327	RO	513.611	325.754
BA	3.969.912	3.045.811	PA	2.500.826	1.716.026	RR	165.949	117.070
CE	2.331.917	1.693.827	PB	992.879	738.670	SC	2.334.661	1.858.247
DF	943.903	846.433	PR	3.520.207	2.728.626	SP	14.359.555	11.960.665
ES	1.229.929	945.737	PE	2.462.068	1.769.496	SE	596.907	473.812
GO	2.333.363	1.742.530	PI	815.891	573.060	TO	469.939	334.137

2. b. NÍVEL DE OCUPAÇÃO

57,6%

- O nível de ocupação mede o percentual de **pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar**, ou seja, à população em idade ativa. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa: $[Ocupados / PIA] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Nível de ocupação (%)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	54,4	35,7	MA	58,3	37,5	RJ	65,9	46,2
AL	59,4	36,8	MT	78,7	53,7	RN	58,4	37,5
AP	62,8	43,9	MS	74,5	53,8	RS	71,0	54,3
AM	67,6	43,5	MG	70,8	50,7	RO	66,2	40,8
BA	61,6	39,9	PA	69,0	44,4	RR	69,7	47,0
CE	60,6	38,3	PB	59,2	38,2	SC	74,5	57,8
DF	70,2	54,4	PR	71,1	52,8	SP	71,9	53,8
ES	71,1	50,7	PE	59,6	36,7	SE	61,4	41,1
GO	74,4	53,0	PI	56,4	37,3	TO	69,2	49,3

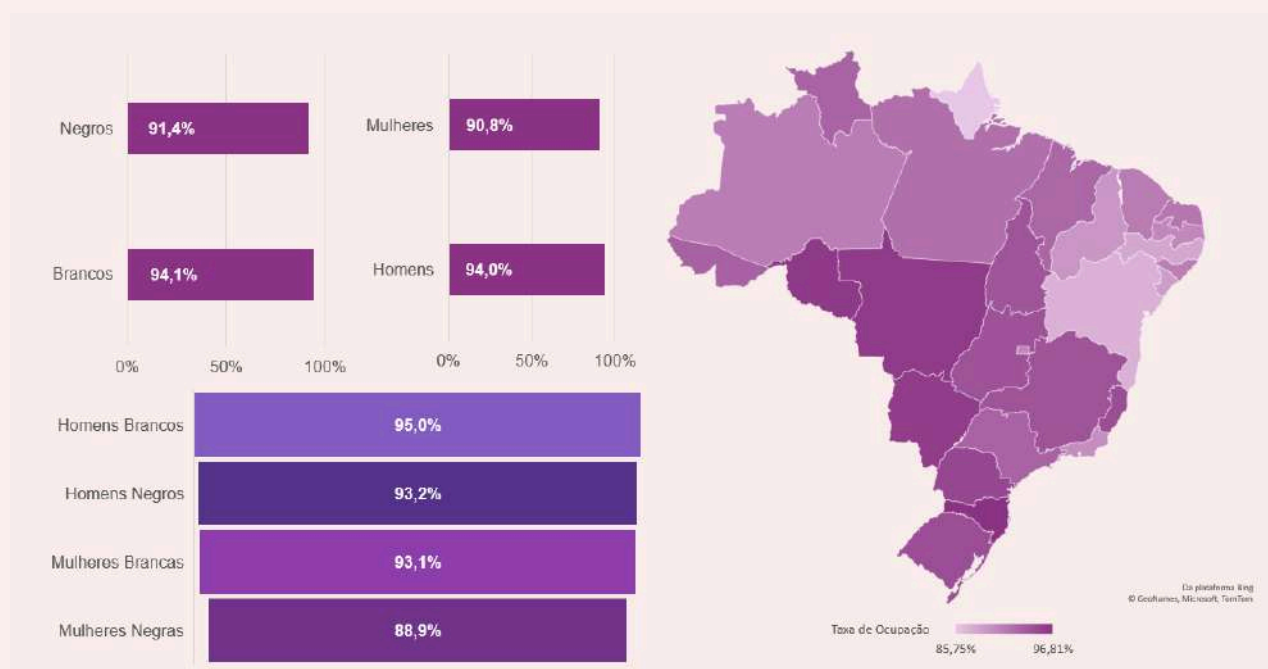
2.c. TAXA DE OCUPAÇÃO

92,59%

- A taxa de ocupação mede o percentual da população economicamente ativa que está ocupada. São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, **trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios** (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2016).
- Cálculo:** percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$[\text{Ocupados} / \text{PEA}] \times 100$$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de ocupação (%)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	94,1	92,2	MA	93,5	92,0	RJ	91,9	87,6
AL	92,8	88,8	MT	97,5	94,1	RN	93,4	89,3
AP	87,3	83,8	MS	97,5	94,0	RS	95,9	93,5
AM	93,5	87,9	MG	95,5	92,8	RO	96,8	95,3
BA	90,0	83,8	PA	93,7	89,9	RR	94,9	90,4
CE	92,6	89,5	PB	92,0	88,3	SC	97,2	96,3
DF	92,2	88,3	PR	96,2	94,1	SP	94,4	91,6
ES	95,7	93,6	PE	89,8	85,6	SE	91,7	85,1
GO	95,5	93,0	PI	89,5	89,1	TO	95,0	93,2

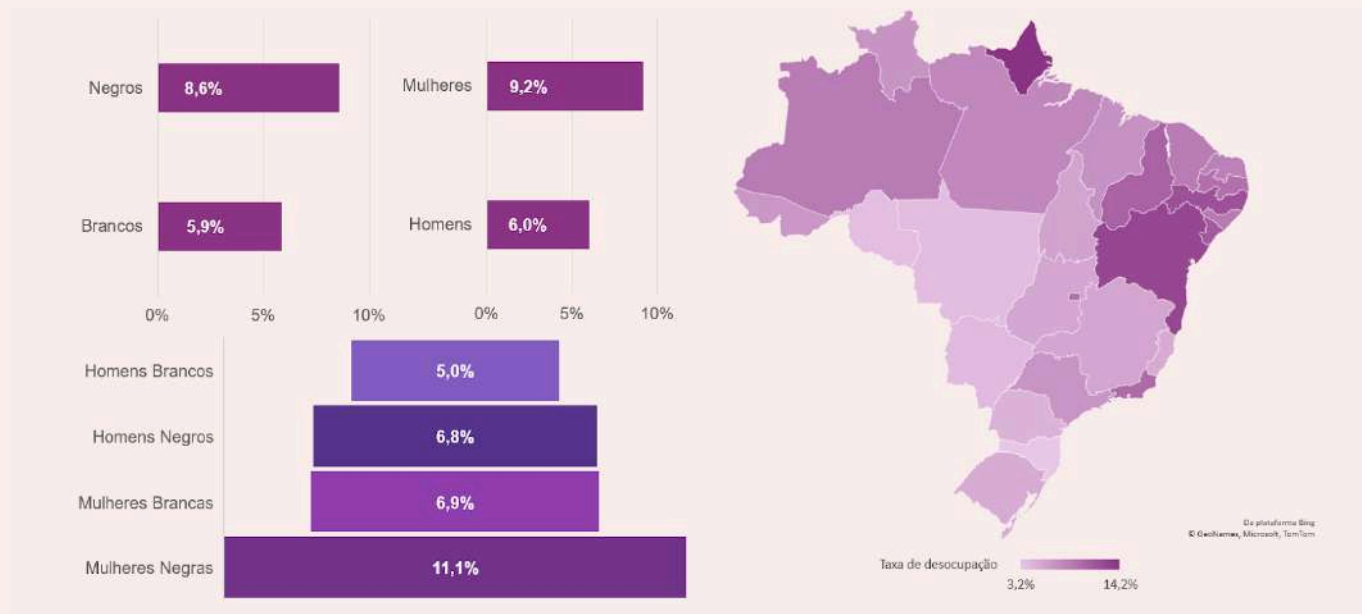
3. a. TAXA DE DESEMPREGO

7,4%

- A taxa de desemprego (ou desocupação) mede o **percentual da população na força de trabalho que está desocupada**. São classificadas como desocupadas na semana de referência: i) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência e; ii) as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência (IBGE, 2016).
- **Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:

$$[\text{Desocupados} / \text{PEA}] \times 100$$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de desocupação (%)

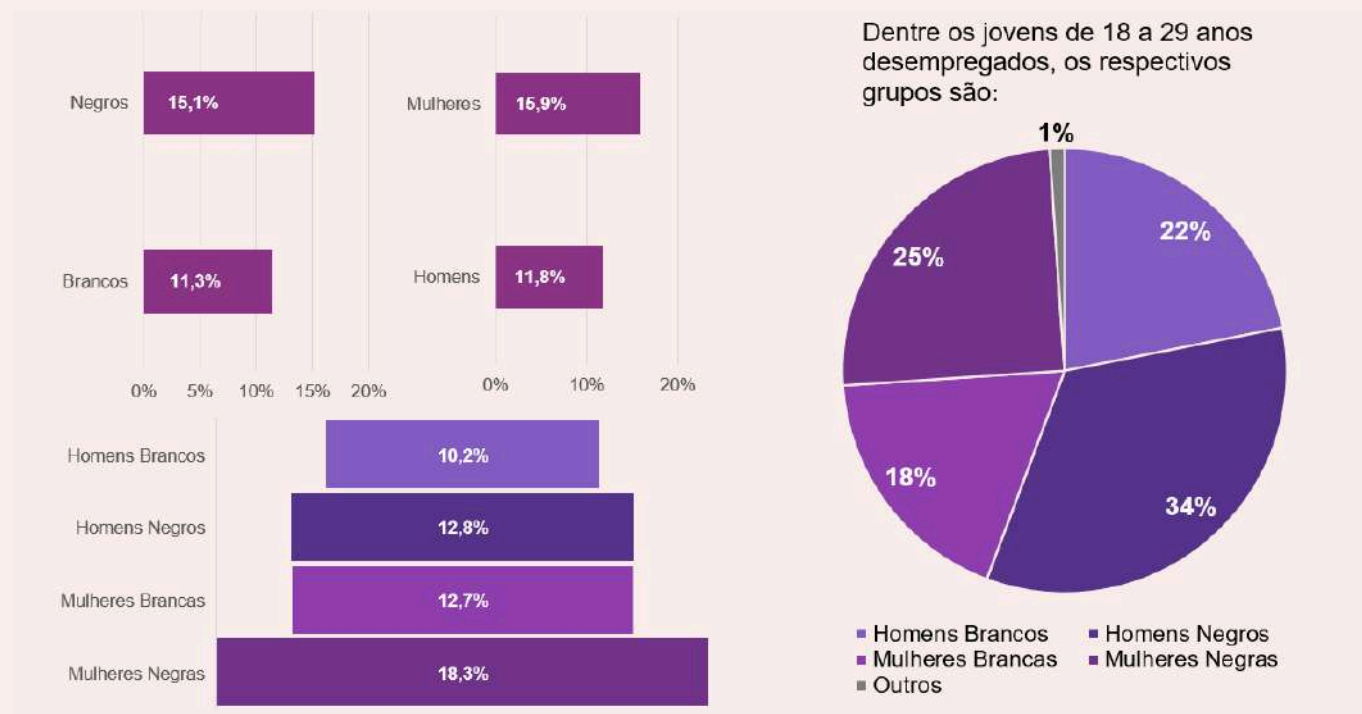
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	5,9	7,8	MA	6,5	8,0	RJ	8,1	12,4
AL	7,2	11,2	MT	2,5	5,9	RN	6,6	10,7
AP	12,7	16,2	MS	2,5	6,0	RS	4,1	6,5
AM	6,5	12,1	MG	4,5	7,2	RO	3,2	4,7
BA	10,0	16,2	PA	6,3	10,1	RR	5,1	9,6
CE	7,4	10,5	PB	8,0	11,7	SC	2,8	3,7
DF	7,8	11,7	PR	3,8	5,9	SP	5,6	8,4
ES	4,3	6,4	PE	10,2	14,4	SE	8,3	14,9
GO	4,5	7,0	PI	10,5	10,9	TO	5,0	6,8

3. b. DESEMPREGO ENTRE JOVENS

13,6%

- São considerados jovens trabalhadores de até 29 anos.
- **Cálculo:** percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho:
[Desocupados / PEA] x 100

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária (anos)	Taxa de desocupação (%)		Desocupação rural (%)		Desocupação urbana(%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
14 a 16	27,6	35,5	10,8	16,1	31,4	38,0
17 a 19	19,9	28,2	10,5	29,9	21,3	28,0
20 a 24	11,2	15,7	7,6	17,0	11,6	15,6
25 a 29	7,0	10,5	5,8	10,2	7,1	10,5
30 a 39	4,6	7,9	5,2	8,6	4,5	7,8
40 a 49	3,6	6,7	4,3	5,0	3,6	6,9
50 a 59	3,8	5,7	3,3	3,4	3,8	5,9
60 +	3,5	3,4	1,6	1,0	3,8	3,5
Total	6,0	9,2	4,9	8,6	6,2	9,2

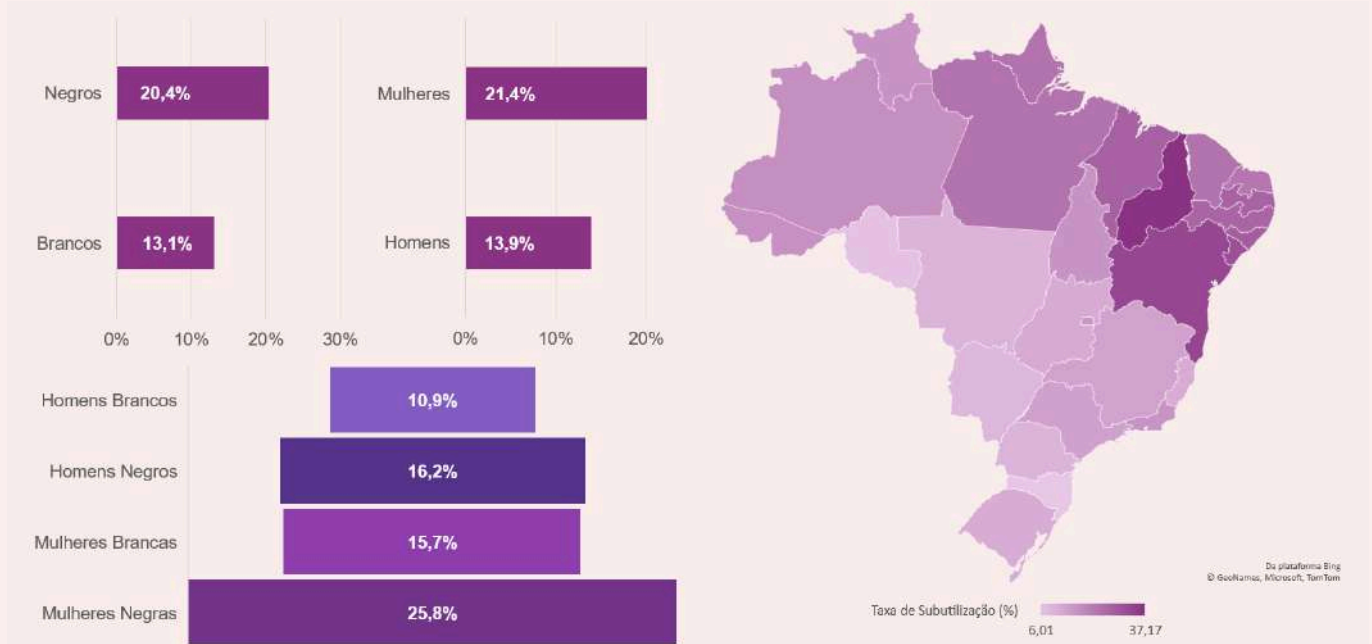
Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

3. c. SUBUTILIZAÇÃO

17,3%

- A **Subutilização da Força de Trabalho** (*labour underutilization*) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação, que tem como objetivo **fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação**. Possui três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial (IBGE, 2023b).
- **Cálculo:** taxa composta de subutilização da força de trabalho: $[(\text{Desocupados} + \text{Subocupados} + \text{Força de Trabalho Potencial}) / (\text{PEA} + \text{Força de Trabalho Potencial})] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

Taxa de subutilização (%)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	15,2	19,8	MA	23,4	31,9	RJ	12,9	20,6
AL	23,3	33,8	MT	6,3	14,7	RN	17,9	28,9
AP	20,9	26,6	MS	6,1	13,2	RS	8,7	14,7
AM	13,1	23,8	MG	10,2	18,2	RO	5,4	9,4
BA	27,0	39,8	PA	19,1	29,2	RR	11,7	22,7
CE	20,7	27,3	PB	23,8	31,1	SC	4,8	7,5
DF	12,9	19,6	PR	7,9	12,7	SP	10,9	17,1
ES	8,4	15,3	PE	22,8	31,4	SE	25,4	37,2
GO	8,7	15,5	PI	33,5	42,0	TO	12,7	21,7

3. d. TEMPO DECORRIDO NA BUSCA POR TRABALHO

Para as pessoas fora da força de trabalho, a PNAD contínua pergunta, considerando até o último dia da semana de referência, quanto tempo fazia que se estava sem qualquer trabalho e tentando conseguir trabalho.

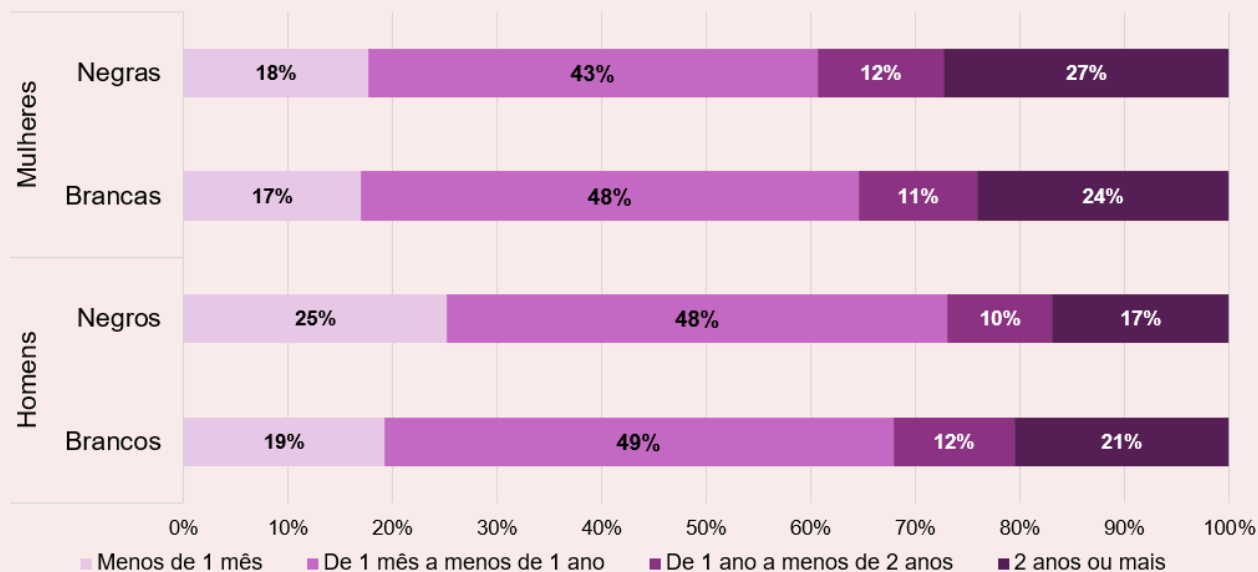
PANORAMA NACIONAL

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)

Tempo	Homens	Mulheres
Menos de 1 mês	52,1	47,9
De 1 mês a menos de 1 ano	47,1	52,9
De 1 ano a menos de 2 anos	42,4	57,6
2 anos ou mais	36,4	63,6

Valores por raça e gênero

Tempo decorrido na busca por trabalho (%)



21%

Dos homens brancos que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

24%

Das mulheres brancas que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

17%

Dos homens negros que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

27%

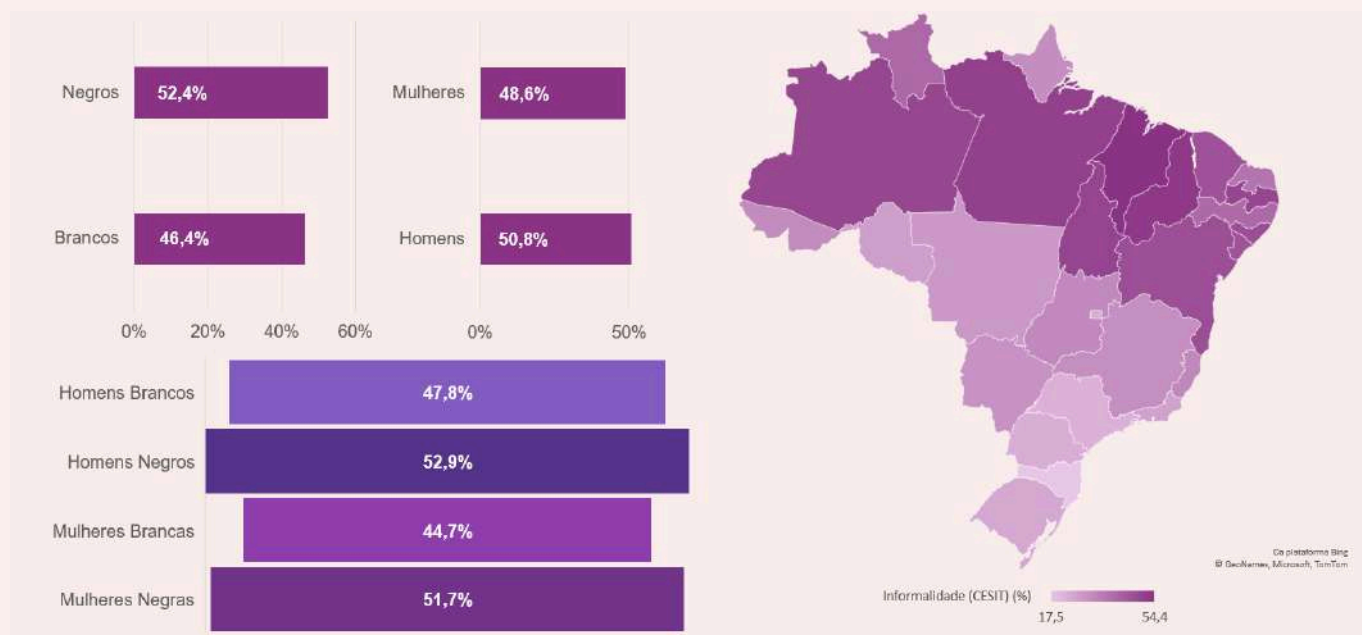
Das mulheres negras que estavam sem trabalho no período de referência estão há mais de 2 anos sem conseguir trabalho.

4. a. TAXA DE INFORMALIDADE (METODOLOGIA CESIT)

49,8%

- A taxa de informalidade representa o percentual dos trabalhadores brasileiros ocupados que não têm acesso aos direitos trabalhistas. Na proposta de cálculo do CESIT, são considerados informais **os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares auxiliares.**
- **Cálculo:** percentual de informais com relação à população ocupada: $[\text{Informais} / \text{PO}] \times 100$

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

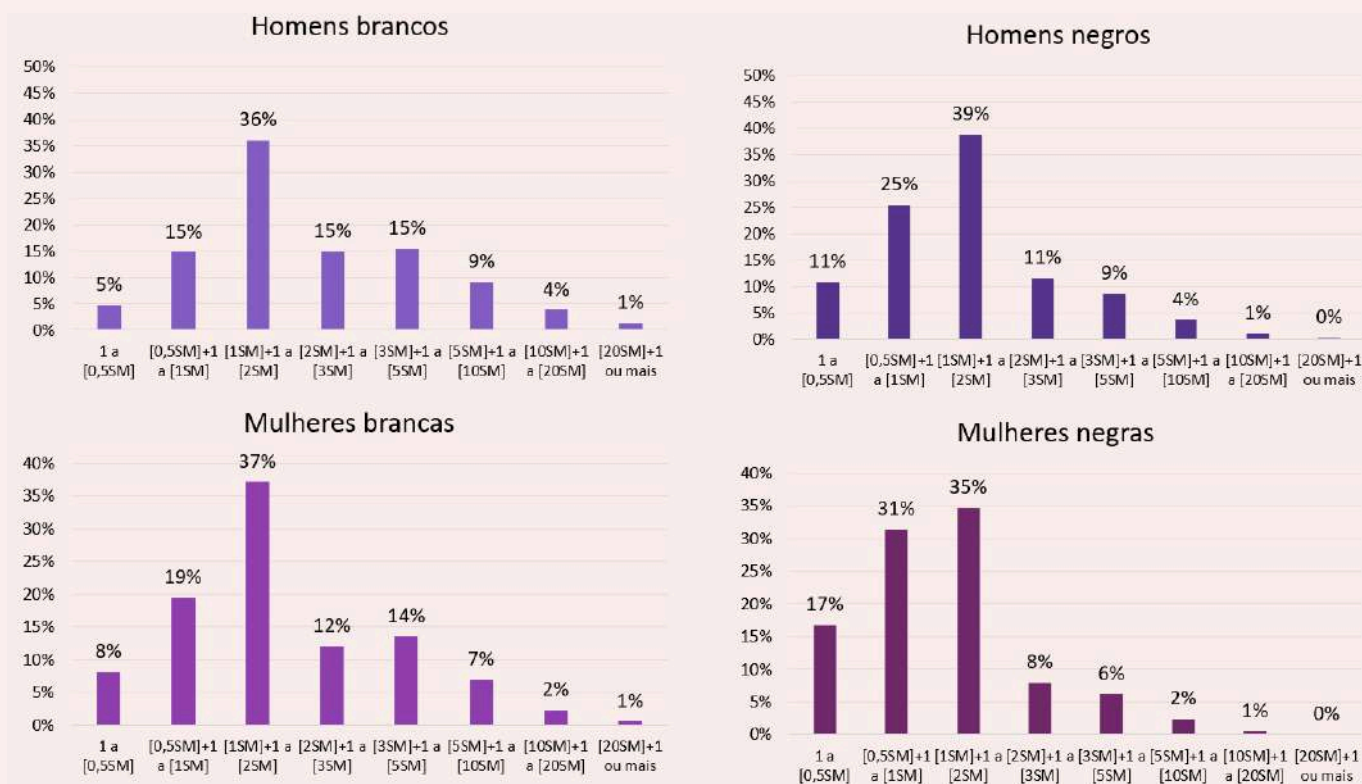
Taxa de informalidade (CESIT) (%)

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	29,7	34,6	MA	53,4	55,7	RJ	21,4	31,9
AL	43,5	52,3	MT	27,0	31,2	RN	37,7	38,6
AP	31,3	31,6	MS	26,0	35,1	RS	22,1	28,2
AM	45,2	54,8	MG	28,0	34,8	RO	23,8	31,0
BA	46,6	48,2	PA	47,0	55,7	RR	40,1	41,7
CE	45,9	46,9	PB	46,8	52,4	SC	14,3	21,0
DF	19,4	27,7	PR	19,8	27,9	SP	19,2	26,5
ES	29,1	37,6	PE	37,6	44,3	SE	44,8	47,8
GO	30,0	36,2	PI	51,3	54,4	TO	49,1	50,7

4. b. FAIXAS DE RENDIMENTO HABITUAL DO TRABALHO PRINCIPAL

- O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, **sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos**. Caso o rendimento recebido de empregado, de trabalhador por conta própria e de empregador seja variável, considera-se o rendimento habitual aquele em média recebido pela pessoa no período em que realizava o trabalho declarado na semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente nesse período sazonal (IBGE, 2016).
- As faixas consideram o valor de salário mínimo em vigor no período da pesquisa: R\$1.320,00

PANORAMA NACIONAL



1,13 milhão De trabalhadores brancos recebem em média menos de meio salário mínimo.

1,57 milhão De trabalhadoras brancas recebem em média menos de meio salário mínimo.

3,48 milhões De trabalhadores negros recebem em média menos de meio salário mínimo.

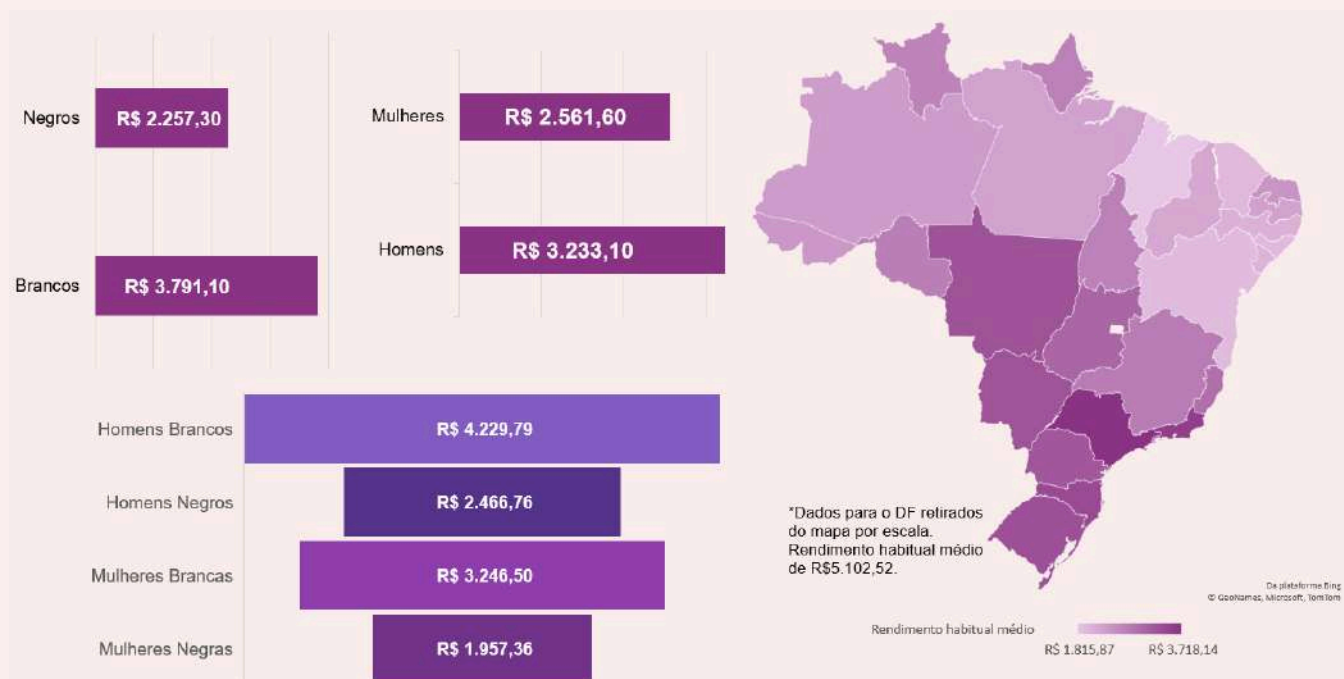
3,77 milhões De trabalhadoras negras recebem em média menos de meio salário mínimo.

4. c. Rendimento habitual médio

R\$2.946,50

- O rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, **sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos**. Caso o rendimento recebido de empregado, de trabalhador por conta própria e de empregador seja variável, considera-se o rendimento habitual aquele em média recebido pela pessoa no período em que realizava o trabalho declarado na semana de referência. Quando a remuneração varia em função do período ou estação do ano, considera-se o rendimento mensal que a pessoa ganha habitualmente nesse período sazonal (IBGE, 2016).
- Para não distorcer a percepção das demais regiões, o valor do rendimento habitual médio para o Distrito Federal foi ocultado do gráfico. Ele foi de R\$5.102,52.

PANORAMA NACIONAL



Fonte: PNAD Contínua Trimestral, IBGE. Elaboração própria.

VALORES POR ESTADO

	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
AC	R\$ 2.503,24	R\$ 2.273,19	MA	R\$ 1.895,97	R\$ 1.699,80	RJ	R\$ 3.947,69	R\$ 3.076,42
AL	R\$ 2.068,03	R\$ 1.823,09	MT	R\$ 3.785,87	R\$ 2.608,35	RN	R\$ 2.552,43	R\$ 2.302,89
AP	R\$ 2.648,68	R\$ 2.781,40	MS	R\$ 3.737,97	R\$ 2.702,74	RS	R\$ 3.699,92	R\$ 2.879,70
AM	R\$ 2.465,64	R\$ 2.180,01	MG	R\$ 3.050,07	R\$ 2.368,44	RO	R\$ 2.977,73	R\$ 2.318,56
BA	R\$ 2.060,50	R\$ 1.821,04	PA	R\$ 2.426,11	R\$ 2.044,59	RR	R\$ 2.784,30	R\$ 2.500,49
CE	R\$ 2.112,16	R\$ 1.836,91	PB	R\$ 2.462,69	R\$ 2.009,05	SC	R\$ 3.798,58	R\$ 2.895,71
DF	R\$ 5.889,86	R\$ 4.177,79	PR	R\$ 3.634,44	R\$ 2.707,96	SP	R\$ 4.172,19	R\$ 3.153,04
ES	R\$ 3.222,54	R\$ 2.546,37	PE	R\$ 2.192,74	R\$ 1.914,54	SE	R\$ 2.079,45	R\$ 2.009,55
GO	R\$ 3.452,32	R\$ 2.486,21	PI	R\$ 2.338,64	R\$ 2.023,63	TO	R\$ 2.953,03	R\$ 2.344,28

CESIT

Centro de Estudos Sindicais e de
Economia do Trabalho

RECONHECIMENTO



A realização deste boletim foi possibilitada pela parceria entre o CESIT e o **Fundo Brasil**. O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos. A fundação impulsiona as atividades de pessoas e organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos no país. Faz isso por meio de um modelo de apoio a projetos que estimula o investimento social e desenvolve a filantropia nacional voltada para a justiça social. Para saber mais sobre a organização acesse o site www.fundobrasil.org.br.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. [Galeria de fotos](#).

IBGE. 2023a. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#). 4º trimestre de 2023. Microdados.

IBGE. 2023b. [Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho](#). 1º trimestre de 2023.

IBGE. 2016. [Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua \(PNAD Contínua\)](#).

IBGE 2022. SIS.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>.

IBGE. 2022. Outras Formas de Trabalho.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=37526>

AUTORIA

Este boletim, construído pelo CESIT em parceria com o Fundo Brasil, é de autoria das pesquisadoras Marilane Teixeira e Clara Saliba. Marilane Teixeira é economista, mestre em economia política, doutora em desenvolvimento econômico pelo IE-UNICAMP, pesquisadora do CESIT-IE da UNICAMP nas áreas de trabalho, gênero e sindicalismo. Clara Saliba é bacharel em ciências econômicas, mestranda em economia pelo IE-Unicamp e bolsista de produção de dados do CESIT-IE. As autoras podem ser contatadas em mari@uol.com.br e claramsaliba@gmail.com.